

PAVEAU, Marie-Anne; BARONAS, Roberto Leiser; LOURENÇO, Julia Costa. *Ressignificação em contexto digital*. São Carlos: EdUFSCar, 2021. 132 p.

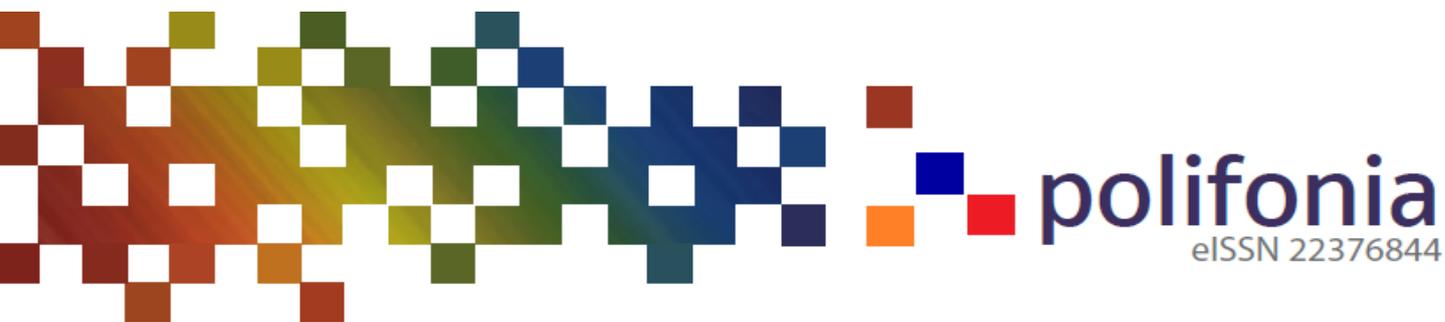
Livia Maria Falconi-Pires
Centro Universitário Central Paulista

Lauro Damasceno
Universidade Federal de São Carlos (PPGL/CAPES)

A palavra solta, deslocada de um contexto e descolada enunciativamente, não nos traz tamanha potência para uma análise tão refinada e interessante como aquela proposta no livro ora resenhado. A palavra, quando isolada dos sentidos concretos, é apenas condição de possibilidade de uma das lutas por restituição da dignidade de determinados grupos. Por outro lado, também ela, quando fruto da liquefação das condições do ambiente de produção, é ela mesma uma das armas usadas discursivamente por grupos discriminados.

Ainda que “arma” possa nos orientar a sentidos e interesses bélicos, Dominique Maingueneau, linguista e professor aposentado da Universidade de Paris IV Paris-Sorbonne, alerta, no capítulo prefaciador da obra, que a resignificação não se trata de “responder a agressão com outra agressão, mas em refletir sobre ela e provocar sua exposição” (p. 12). Esse processo contra-hegemônico, então, seria a palavra concreta com manchas enunciativas do sangue discursivo do agressor, que, em momento e movimento posterior, teria sido semântica e/ou axiológica - porém, por natureza, sempre politicamente – alvejada pelos sujeitos agredidos.

“Ressignificação em contexto digital”, publicação de 2021 da Editora da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), obra que contou com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), deixa explícito, dada a

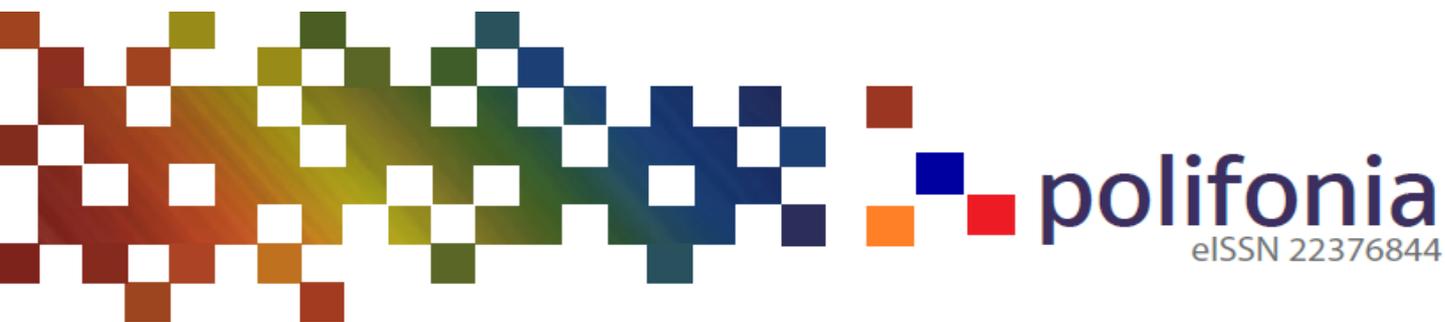


produtividade de quem redigiu a obra, a saber, Marie-Anne Paveau, Roberto Leiser Baronas e Julia Lourenço Costa, aquilo que no sumário é reforçado, isto é, o caráter coletivo e frutífero da publicação. Com prefácio do renomado linguista francês já mencionado, autoria também francesa (no caso da Profa. Paveau) e, do lado de cá do além-mar, posfácio da Profa. Dra. Cristiane Dias, professora da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) que desenvolve um longo e exemplar trabalho sobre estudos discursivos em ambiente digital, e, é claro, autorias também brasileiras (referente às palavras do Prof. Baronas e da Prof.^a Lourenço), o livro é fruto de uma parceria acadêmica institucional e internacional iniciada em 2016 entre a UFSCar e a Unidade de Pesquisa Pluridisciplinar Pléiade da Université Paris XIII – Sorbonne Paris Nord, após diversos estágios de pesquisa de doutorandas e doutorandos do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFSCar no exterior.

O Ressignificação e a resignificação são poderosos instrumentos na e da luta por equidade social também porque combatem a distribuição desigual do saber, que restringe a uns o poder de estudarem e a outros apenas a condição de serem estudados. Nesse sentido, a web 2.0, a das redes sociais, considerada participativa e democrática, desenvolve um papel importantíssimo, na medida em que restitui aos sujeitos subalternizados a possibilidade de realmente se fazerem sujeitos e anunciarem/enunciarem o que são, o que defendem e contra o que lutam, além de potencializar as chances de comunicação entre esses sujeitos, visto que a deslinearização, a ampliação e a relacionalidade, fatores constituintes do discurso digital¹, tornam propício o desenrolar de manifestações, sobretudo políticas, na web.

Paveau (p. 21) demonstra sua indignação quando afirma que os guias de proteção à ciberviolência endereçados a adolescentes não mencionam “a possibilidade de resposta

¹ PAVEAU, Marie-Anne. **Análise do discurso digital**: dicionário das formas e das práticas. Lourenço, Julia; BARONAS, Roberto. (org). Campinas, SP. Editora Pontes, 2021.

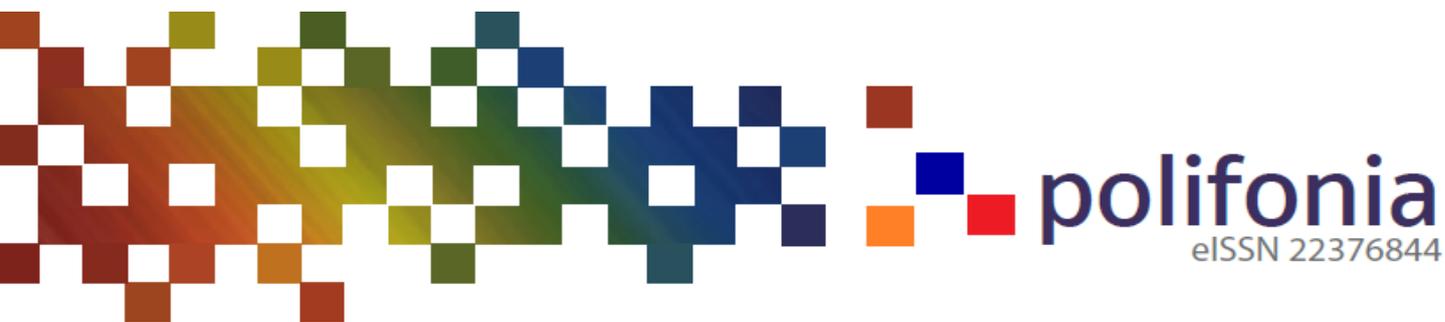


qualificadora, reparadora e empoderadora”. A partir daí, destrincha uma descrição da origem do conceito de ressignificação discursiva, antes de receber essa designação: quando da publicação de *Le pouvoir des mots* (1997), de Judith Butler, obra em que esse era considerado um processo de reapropriação de um termo ofensivo a partir de uma “ferida linguística”, possibilitada pela “sobrevivência linguística” dos sujeitos subalternizados, que, por serem dotados de linguagem, eram (e ainda o são) capazes de remodelarem essas agressões.

A noção de ressignificação, para Butler, difere dos trabalhos realizados no âmbito dos estudos do discurso, segundo Paveau, pois esses tratariam apenas como inversão semântica; já os de Butler, incrementariam um fator importante para o entendimento da ressignificação discursiva enquanto conceito trabalhado no livro de Paveau, Baronas e Lourenço: o político, visto que, nesse ato de responder à agressão, o sujeito atacado não se permite ser designado, mas, muito mais combatente e corajosamente, produz uma inovação que objetiva reparar a dignidade estremecida – a ressignificação discursiva.

Para tanto, Paveau teoriza sete critérios linguístico-(tecno)discursivos necessários para que uma resposta à agressão possa ser considerada uma ressignificação, quais sejam:

1. Critério pragmático: uma agressão, de qualquer natureza, à identidade de uma pessoa (e, conseqüentemente, de um grupo) precisa ser materializada;
2. Critério interacional: essa agressão suscita uma resposta endereçada ao (sujeito/grupo) agressor;
3. Critério enunciativo: essa resposta é dada pelo sujeito agredido por meio de uma autocategorização ou recontextualização simples;
4. Critério semântico/axiológico: essa resposta consiste em uma inversão ou mudança de sentido e/ou axiológica;
5. Critério discursivo: a contra-agressão recontextualiza a ofensa-origem, possibilitando que o grande público se manifeste;



6. Critério sociossemântico: essa resposta recontextualizada é julgada como válida pelos sujeitos partícipes do grupo social (do sujeito) ofendido;

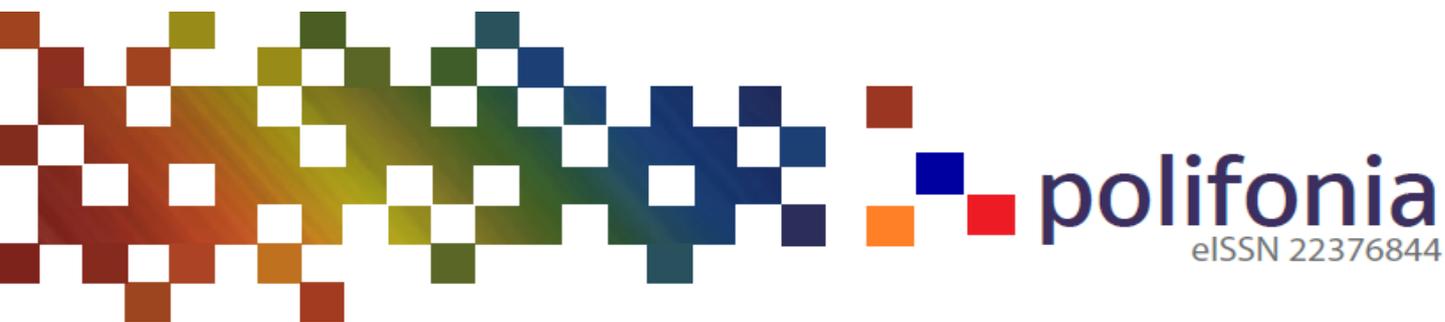
7. Critério político: o enunciado fruto do contra-ataque tem bases éticas e é subversivo, visto que opera em favor da reparação do poder social de um grupo marginalizado que foi ofendido.

Paveau organiza ainda uma coletânea de quatorze exemplos, retirados do Facebook, Instagram, Twitter e YouTube, além de um único de uma revista online, para validar esse percurso de uma resposta que se enquadra nas definições do conceito. A autora faz isso categorizando esses dados conforme a complexidade de elaboração discursiva, isto é, partindo da prática mínima de ressignificação (recontextualização enunciativa), passando pela publicação analógica, até chegar na criação de um dispositivo cultural, a elaboração mais complexa.

Honrando o costume (cultural) de categorização e tipologização, Paveau classifica as ressignificações por recontextualização simples conforme o código semiótico dominante, visto que, uma vez discursivas, podem se valer de diferentes semioses. As quatro categorias propostas são: as recontextualizações simples com linguagem escrita dominante, as imagéticas e as sonoras (sendo essas últimas subdivididas em leitura e canto).

Prosseguindo com a complexidade de elaboração discursiva, temos a publicação análoga, o corresponde a uma fabricação de uma produção semelhante àquela utilizada no ataque. Como exemplo, a autora traz o caso de uma jovem dinamarquesa que publicou fotos nuas suas, tiradas por um fotógrafo profissional, em uma revista online após um *hacker* divulgar conteúdo íntimo da jovem na internet, acarretando num ataque cibernético duradouro. Nesse caso, ainda se tratam de fotos íntimas, porém agora consentidas (“*Consent*” era o nome do projeto militante da jovem).

Por fim, a categoria mais complexa de elaboração discursiva é a produção de um dispositivo tecnodiscursivo cultural/intelectual, que trata de respostas elaboradas por

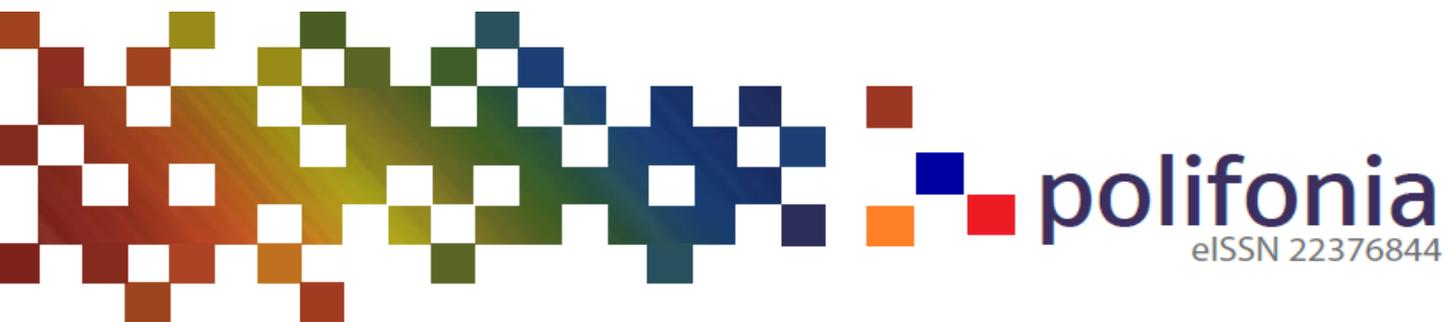


sujeitos que se valem de suas habilidades e dons para reparar os danos da agressão-origem. Um dos exemplos trazidos pela autora é o de uma estudante de geografia que analisa e classifica 182 insultos recebidos em seu perfil no Twitter após certo comentário relativo a um *Youtuber* influente quanto ao tema do estupro. Esses ataques cibernéticos se transformam, após o competente trabalho da jovem, em estatística, ou seja, em dados que podem ser usados em trabalhos acadêmicos futuros da área.

Julia Lourenço inicia o segundo capítulo com nove páginas, apesar de a seção ter sido intitulada “#EleNão nos entremeios da política brasileira: *breves* condições de produção” (grifos nossos), a autora faz um sobrevoo muito esclarecedor sobre as condições políticas, econômicas e sociais dos últimos governos brasileiros: começando com uma breve descrição sobre os governos de Lula (2003-2006 e 2007-2010) para chegar nas condições políticas que levaram o mandato de Dilma Rousseff, iniciado em 2015, até o golpe em maio de 2016. Para tanto, Lourenço ressalta o mandato de Michel Temer, “concebido no pecado original da traição” (SANTOS, 2018, p. 9 *apud* PAVEAU, BARONAS, LOURENÇO, 2021, p. 63) como marcante na “retirada de direitos trabalhistas, criminalização do pensamento crítico, recuo da legislação ambiental, arbitrariedade escancarada da força policial, cortes nas políticas sociais, tributação regressiva” (Id. *Ibid.*, p. 63-64).

É justamente durante esse governo-retrocesso que Jair Bolsonaro surge como candidato à presidência, reproduzindo a velha imagem do homem branco viril capaz de salvar a nação. Sob a farsa de ser destemido e corajoso por falar tudo o que pensa – ao esbravejar os mais absurdos insultos aos grupos marginalizados brasileiros –, Bolsonaro se elege em 2018 com 55,13% dos votos válidos no segundo turno.

A campanha política de Jair acontecia paralelamente à onda de manifestações antibolsonaristas, em que, dentre elas, o movimento #EleNão se destaca, tamanha a repercussão, sobretudo nas mídias digitais. A campanha se intensifica, rememora Lourenço, quando a comunidade no Facebook “Mulheres contra Bolsonaro” atinge dois

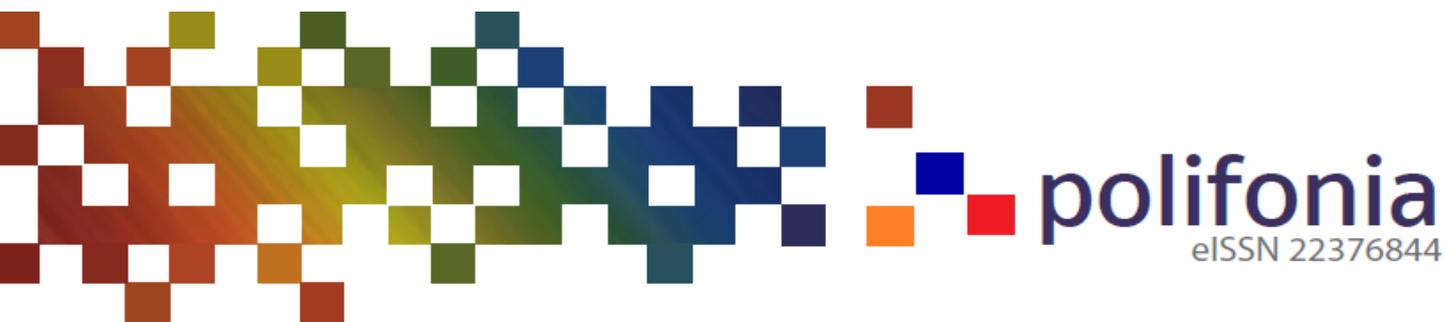


milhões de participantes e é hackeada, tendo o título alterado para “Mulheres com Bolsonaro”. A partir daí, o movimento ganha corpo e corpos, visto que passa a circular em diferentes ambientes: desde hashtag no Twitter até pichação no próprio asfalto da Avenida Paulista, na capital do Estado de São Paulo, passando por estampa de camisetas e bóttons.

“Em contexto digital” não está no título por acaso e Lourenço também apresenta brilhantemente os motivos de ter o arcabouço teórico-metodológico proposto por Marie-Anne Paveau acerca do discurso digital como uma das bases desse trabalho. A autora brasileira relembra vários trechos do *Dicionário das Formas e das Práticas* de modo que instrui quem lê a perceber a importância de não mais se conceber os dados da *web*, sobretudo a 2.0, como retiráveis do digital para serem analisadas – as produções nativas do digital são por ela(s) consideradas compósitas – isto é, engendradas no seio do verbal e do técnico simultaneamente. Nem uma nem outra dessas características podem ser privilegiadas na análise. Para tanto, a construção de um novo arsenal de ferramentas que dessem conta do digital era imperativo, rompendo com os binarismos saussurianos e valorando igualmente todas as informações do ambiente de produção do discurso digital – adotando, assim, uma perspectiva pós-dualista e ecológica. Para Paveau, o discurso digital tem particularidades que devem ser consideradas na hora da análise, quais sejam:

Os tecnodiscursos são caracterizados de acordo com a: a) sua composição, isto é, seu caráter plurissemiótico; b) não linearidade, como o funcionamento de hiperlinks, por exemplo; c) sua capacidade de ampliação, com inserção de comentários, compartilhamento etc.; d) relacionalidade, ou seja, a fácil relação que pode ser estabelecida entre os discursos da *web*; e) a investigabilidade, isto é, a capacidade de redocumentação; e f) imprevisibilidade, pois, quando publicadas, as produções digitais perdem sua “autonomia”. (PAVEAU, 2019, p. 123 *apud* PAVEAU, BARONAS, LOURENÇO, 2021, p. 70-71)

Tanto o trabalho de Paveau quanto o de Lourenço estão inseridos no que os pesquisadores dos movimentos sociais têm considerado como a quarta onda do movimento feminista contemporâneo, isto é, o feminismo em sua versão digital - ou



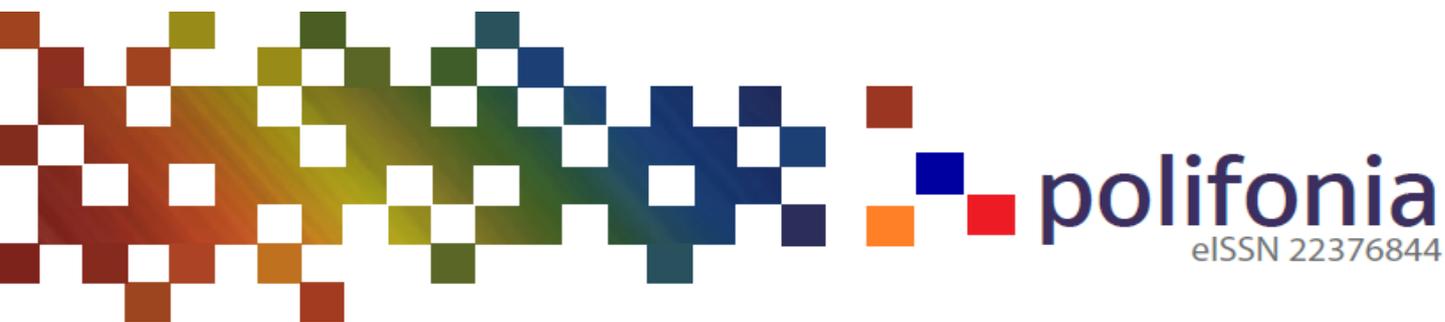
ciberfeminismo. Lourenço afirma que “nas redes sociais, as mulheres (re)constroem e defendem seus espaços no mundo público, anteriormente a elas negado” e que “a internet dissolve algumas barreiras e permite um modo de expressão feminista um pouco menos líquido” (Id. Ibid., p. 72-73).

A discursivista brasileira testa ainda a proficuidade da teoria ao se debruçar atentamente sobre o movimento #EleNão enquanto ato de ressignificação discursiva – particularmente sobre publicações feitas no Twitter no dia 29 de setembro de 2018, data que se realizaria uma manifestação desse movimento. Tendo rerepresentado detalhadamente os sete critérios elencados por Paveau, Lourenço parte para a análise dos tecnografismos – isto é, “uma produção semiótica que associa texto e imagem num compósito nativo da internet” (PAVEAU, 2019, p. 305 *apud* PAVEAU, BARONAS, LOURENÇO, p. 83) que esse novo acontecimento gerou.

Estando o discurso, porém, em constante mutação e movimento, era de se esperar que um outro contradiscurso surgisse no meio do caminho. O início da (hashtag) #EleNão já era rastro do que poderia vir a ser uma outra forma de ataque aos grupos marginalizados brasileiros – e assim foi. A (hashtag) # EleSim surge, inicialmente, operando também com aqueles sete critérios linguístico-(tecno)discursivos, a não ser pelo fato de que tinha sido cunhada na esteira da agressão-origem da ressignificação, ou seja, fortalecia os ideais bolsonaristas que eram, e ainda o são, motor e combustível de inúmeras agressões a sujeitos subalternizados.

Para dar conta dessa mutação pós-ressignificação, Lourenço propõe o conceito de “hashtag salamandra”, que, segundo a autora, opera de acordo com três processos:

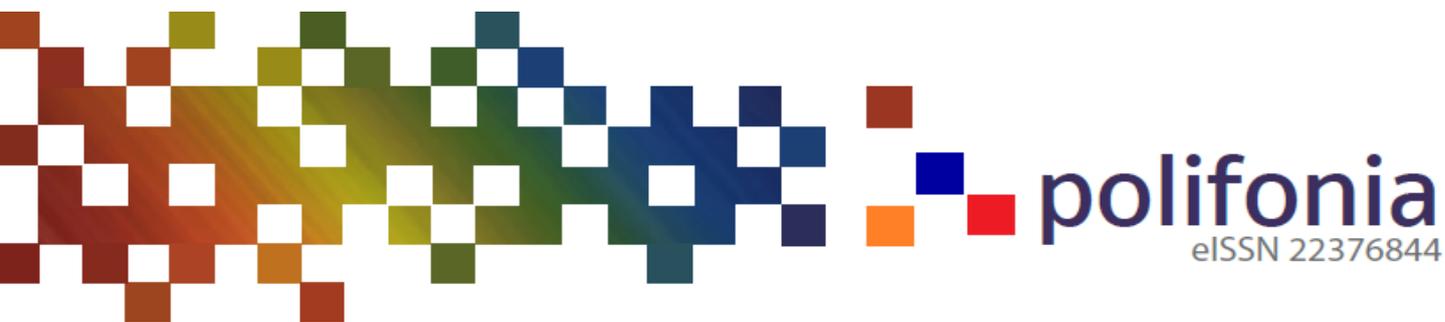
1. Inversão dos valores axiológicos a partir dos mesmos dispositivos tecnodiscursivos, retomando aqueles defendidos pelo discurso ofensivo;
2. Intensificação da cisão entre os posicionamentos éticos com a criação de novos tecnografismos e novas hashtags;
3. Aglutinação de novas informações, complementando a hashtag original. (PAVEAU, BARONAS, LOURENÇO, 2021, p. 92)



Exemplificados os três processos, a autora não deixa de avançar com a teoria e ainda propõe um esquema da formação da *hashtag* salamandra nos exemplos apresentados. Tudo em favor da comprovação de que houve uma agressão inicial, que suscitou uma ressignificação discursiva, visto que se encaixava nos sete critérios, que culminou em outro contradiscurso. E assim prossegue: quando em favor da restituição da dignidade atacada de grupos marginalizados, os exemplos de Lourenço se encaixam como ressignificação. Por outro lado, os exemplos bolsonaristas – curiosamente um paradoxo - por natureza, já não podem ser considerados uma ressignificação discursiva, visto que operam com valores desmoralizantes e insultuosos aos grupos marginalizados.

Lourenço, em seu capítulo, trata esses últimos casos como contradiscursos, reinversões, mutações, mas nunca ressignificação. Baronas, por outro lado, em seu capítulo de encerramento da obra, considera uma “ressignificação negativa” o ato de vandalismo o que o então candidato ao governo do estado Wilson Witzel (PSC) e os candidatos a deputado Daniel Silveira e Rodrigo Amorim - ambos do antigo partido político liderado por Bolsonaro, o Partido Social Liberal (PSL), que, fundido com o Democratas (DEM) ressurgiu com o nome União Brasil (UNIÃO) em 2022 – fizeram com uma das placas, criada pelo Coletivo Chama, que homenageava Marielle Franco, vereadora carioca negra, defensora dos direitos humanos, que foi assassinada a tiros junto com seu motorista, Anderson Pedro.

Independente do nome, essas manifestações pela disputa de poder permeiam a nossa vida social constantemente, sejamos nós negros, brancos ou indígenas; mulheres, livres da binariedade ou homens; surdos ou ouvintes; assalariados ou desempregados... o poder social – e a falta dele – nos fazem seres em constante disputa, sujeitos inacabados – mas não somente nós somos assim: pois Baronas (PAVEAU, BARONAS, LOURENÇO, 2021, p. 112), na esteira de Paveau, alfineta, por fim, (os limites) da Linguística com L maiúsculo ao afirmar que “se a análise semântica é suficiente para dar



conta das simples mudanças de sentido, ela se apresenta limitada quando essas mudanças possuem dimensões técnicas, pragmáticas e políticas”.

A obra se encerra assim como iniciou e se desenvolveu: com maestria, pois Cristiane Dias nos faz virar as últimas páginas com a certeza de uma reflexão posterior um tanto poética e outro tanto filosófica ao afirmar que

Marie-Anne Paveau, Julia Lourenço Costa e Roberto Leiser Baronas nos fazem compreender ao longo das páginas que deixamos para trás que somos, de certa forma, um pouco salamandra, na medida em que, em tempos tão obscuros e hostis, somos capazes de nos regenerar como sujeitos à hostilidade pela tomada da palavra como dispositivo discursivo da ressignificação. (p. 115)

A obra é de leitura fluída também pela quantidade de exemplos que se apresentam nos três capítulos. Com eles, o tempo (passado, de governo Bolsonaro, mas também o presente, de leitura) se desenrola na angústia de perceber a hostilidade dos novos tempos e no alívio de reconhecer na ressignificação um movimento de reconstrução do nosso bem-estar social.